

Processo n°

: 10855.000864/93-05

Recurso nº

: 128.778 - Voluntário

Matéria

: FINSOCIAL - Ex(s): 1989 e 1990

Recorrente

: H.D.L. - INDÚSTRIA ELETRÔNICA S/A

Recorrida

: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP

Sessão de

: 23 de maio de 2002

Acórdão

: 103 -20.937

PROCESSO DECORRENTE - Acolhida a preliminar de preterição do direito de defesa no processo matriz, que implicará em nova decisão relativamente à autuação de IRPJ, igual tratamento é dispensado para as autuações reflexas.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso interposto por H.D.L. – INDÚSTRIA ELETRÔNICA S/A.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para acolher a preliminar de cerceamento do direito de defesa; declarar a nulidade da decisão <u>a quo</u>; e determinar a remessa dos autos à repartição de origem para que nova decisão seja prolatada na boa e devida forma, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

CANDIDO RODRIGUES NEUBER

PRESIDENTE-

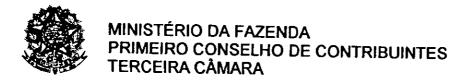
PASCHOAL RAUCCI RELATOR

FORMALIZADO EM:

12 JUL 2002

Participaram ainda, do presente julgamento, os Conselheiros EUGÊNIO CELSO GONÇALVES (Suplente Convocado), MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, MARY ELBE GOMES QUEIROZ, ALEXANDRE BARBOSA JAGUARIBE, JULIO CEZAR DA FONSECA FURTADO e VICTOR LUÍS DE SALLES FREIRE. AN

Acas-22/05/02



Processo n°: 10855.000864/93-05

Acórdão n°: 103-20.937

Recurso nº: 128.778 - Voluntário

Recorrente: H.D.L. – INDÚSTRIA ELETRÔNICA S/A

RELATÓRIO

- 1. O recurso é tempestivo e atende os requisitos para sua admissibilidade, por isso dele tomo conhecimento.
- 2. O presente processo é decorrente da autuação de IRPJ referente aos exercícios de 1989 e 1990, anos-base 1988 e 1989, respectivamente, protocolada sob nº 10855.000866/93-22.
- 3. Nesse processo matriz, julgado nesta Câmara, foi acolhida a preliminar de preterição do direito de defesa, preceituada no art. 59, inciso II, do Decreto nº 70235/72, conforme Acórdão nº 103-20.926./02.

É o relatório.

Processo n°: 10855.000864/93-05

Acórdão n°: 103-20.937

VOTO

Conselheiro PASCHOAL RAUCCI, relator.

- 4. Como conseqüência do acima relatado, o processo principal de nº 10855.000866/93-22 foi devolvido à DRJ/Ribeirão Preto, para dar ciência ao interessado dos atos processuais praticados após a apresentação da impugnação, reabrindo-se-lhe prazo para manifestar-se e, após, proferir nova decisão.
- 5. Considerando que os resultados da decisão a ser proferida no processo matriz refletirão neste processo decorrente, entendo que os presentes autos estão a merecer igual tratamento ao dispensado no processo matriz.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, por decorrência do decidido no Acórdão nº 103-20.926/02, voto para tornar sem efeito a decisão recorrida, para que outra seja proferida, após o julgamento do processo matriz, de nº 10855.000866/93-22 (IRPJ).

Brasília-DF.,em

PASCHOAL RAUCG

RELATOR